CAPÍTULO III DOS EFEITOS DO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO

Art. 10. A ocorrência da prescrição será aferida, de ofício, mediante provocação do Ministério Público de Contas ou por meio de requerimento do interessado, em qualquer fase do processo, ressalvado o disposto no parágrafo único.

Parágrafo único. No caso de dívidas sujeitas à cobrança judicial, o Tribunal não se manifestará sobre a prescrição caso já tenha remetido a documentação pertinente aos órgãos ou entidades executores.

Art. 11. Reconhecida pelo Tribunal a prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória em relação à totalidade das irregularidades, o processo deverá ser arquivado, ressalvada a hipótese do art.12.

Art. 12. O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória, a despeito de obstar a imposição de sanção e de reparação do dano, não impede o julgamento das contas, a adoção de determinações, recomendações ou outras providências motivadas por esses fatos, destinadas a sanar irregularidades ou reorientar a atuação administrativa. Parágrafo único. O julgamento das contas na hipótese do caput deste artigo somente ocorrerá quando o colegiado reconhecer, cumulativamente: a relevância da matéria tratada; o débito apontado exceder em 10 (dez) vezes o valor mínimo para a instauração de Tomada de Contas Especial; e já tiver sido realizada a citação ou a audiência.

Art. 13. Verificada a prescrição, o Tribunal providenciará a remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público do Estado, para a ajuizamento das ações cabíveis, se houver indícios de crime ou da prática do ato de improbidade administrativa.

§ 1º Identificada a incidência da prescrição causada por omissão da autoridade administrativa competente ou do agente público no exercício da atividade de controle interno, o órgão de controle interno ou a autoridade superior competente deverá, ao ter ciência da irregularidade, promover a imediata apuração desse ilícito, sem prejuízo de dar a imediata ciência da falha ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º O Tribunal de Contas do Estado do Pará poderá promover a apuração administrativa sobre a responsabilidade pela prescrição causada por omissão da autoridade administrativa competente ou do agente público no exercício da atividade de controle interno, aplicando-lhe as sanções cabíveis proporcionais à conduta e, se for o caso, imputando-lhe a integridade do débito, quando comprovado o dolo.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. Os processos com maior risco de prescrição das pretensões punitiva ou ressarcitória terão andamento urgente e tratamento prioritário pelas unidades técnicas e pelos gabinetes, sendo objeto de alerta específico a ser regulamentado pela Presidência.

Art. 15. Os atos necessários à operacionalização desta Resolução serão expedidos pela Presidência ou pelo Tribunal.

Art. 16. O autor da proposta para arquivamento de processo deve apresentar a correspondente análise sobre o efeito da prescrição no processo a ser arquivado.

Art. 17. O disposto nesta Resolução aplica-se somente aos processos nos quais não tenha ocorrido o trânsito em julgado no Tribunal de Contas do Estado do Pará até a data de publicação desta norma.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Ordinária de 23 de maio de 2023.

ATO Nº 88

(Processo nº 002449/2023)

Altera o Ato nº 69 (Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado do Pará), para promover as alterações decorrentes da RESOLUÇÃO Nº 19.502/2023.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, do Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará); CONSIDERANDO o disposto no art. 51, da Lei nº 8.037/2014, (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 19.502/2023 que alterou a denominações de cargos de provimento em comissão constantes do Anexo II do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará, criando os cargos de Subsecretário de Controle Interno e Subsecretário de Planejamento e Gestão Estratégica. CONSIDERANDO proposta da Presidência, conforme consta da Ata da Sessão Ordinária nº 5.905, desta data, RESOLVE unanimemente PROMULGAR o seguinte ATO;

Art. 1º Fica APROVADA e PROMULGADA emenda modificativa aos parágrafos únicos dos artigos 30, 32 e 78 do Ato nº. 69/2014 (Regulamento dos Serviços Auxiliares), para que seja promovido o realinhamento com as alterações nas nomenclaturas dos cargos em comissão realizadas pela Resolução 19.502/2023, os quais passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 30

.....
Parágrafo Único: A SEPGE será dirigida por um Secretário de Planejamento e Gestão Estratégica com o auxílio de um subsecretário, competindo-lhe as atividades da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica referidas neste Regulamento.

Art. 32

.....
Parágrafo Único: A SECIN será dirigida por um Secretário de Controle Interno com o auxílio de um subsecretário, competindo-lhe as atividades da Secretaria de Controle Interno referidas neste Regulamento.

Art. 78

.....

Parágrafo Único: As Representações serão dirigidas por um Secretário de Representação, competindo-lhe as atividades da Representação referidas neste Regulamento.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário "Conselheiro Emílio Martins" em Sessão Ordinária de 23 de maio de 2023.

Protocolo: 942881

PROCESSO: 005557/2021

ASSUNTO: LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2023-TCE/PA
EMENTA: LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. LEI 8.666/93. FATO SUPERVENIENTE. NECESSIDADE DE REVOGAÇÃO. AUTOTUTELA. JUÍZO DISCRICIONÁRIO. INTERESSE PÚBLICO.

1. Diante da possibilidade de reavaliar a instrução processual, mostra-se conveniente e oportuno enriquecê-la com a inclusão dos projetos básicos e complementares de engenharia, a fim de formular com maior segurança a planilha de custos e, assim, evitar o risco de eventual excesso nas aquisições.

2. A oportunidade de melhor instruir o processo licitatório, somada à reavaliação do aproveitamento do espaço idealizado para o Anexo V e dos recursos disponíveis, acarreta a necessidade de revogação do certame, com fundamento no princípio da autotutela, para revisão do projeto e das especificações técnicas balizadoras, de forma a melhor satisfazer ao interesse público e à economicidade contratação.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento licitatório, realizado na modalidade Concorrência Pública, coletado sob o nº 001/2023, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em obras de engenharia para reforma e ampliação do prédio denominado - Anexo V, destinado à implantação da Escola Superior de Contas, com auditório, salas de aulas, garagem e apoio administrativo conforme projeto e planilha de preços, detalhados e discriminados no Projeto Básico, cujo valor estimado é de R\$ 41.578.308,64 (quarenta e um milhões, quinhentos e setenta e oito mil, trezentos e oito reais e sessenta e quatro centavos).

2. Conforme se desprende dos autos, duas empresas participaram do certame, quais sejam Consórcio Edifício Sede TCE – formado pelas empresas Ankara Engenharia Ltda e OCC Participações e Construções Ltda – e Laje Engenharia Ltda.

3. Após análise dos documentos de habilitação, a Comissão Especial de Licitação, levando em conta as regras definidas no edital licitatório, declarou inabilitada a empresa Laje Engenharia Ltda, considerando o não atendimento às exigências editalícias estabelecidas nos itens 6.1.5.3 e 6.1.5.4.

4. Inconformada, a empresa Laje Engenharia Ltda interpôs recurso administrativo contra a decisão da Comissão de Licitação, alegando em suma que apresentou os documentos necessários para sua habilitação, além de pontuar que as exigências estabelecidas configuram formalismo exacerbado.

5. Em sede de contrarrazões, o Consórcio Edifício Sede TCE, alega que não merece reforma a decisão que julgou os documentos de habilitação dos licitantes e que declarou como inabilitada a empresa recorrente, requerendo que seja negado provimento ao recurso interposto.

6. Face às razões apresentadas, com base na prerrogativa legal, a Comissão Especial de Licitação suspendeu o certame em 27/02/2023, tendo em vista a necessidade de se proceder análise mais detalhada de algumas exigências e especificações técnicas, inclusive quanto ao recurso e contrarrazões.

7. Posteriormente, em reunião administrativa em que compareceu a maioria dos Conselheiros para discussão do projeto proposto para o Anexo V, considerando as demandas supervenientes encaminhadas por setores desta Corte de Contas, bem como a reavaliação do melhor aproveitamento do espaço e da alocação orçamentária, chegou-se à conclusão que os contornos anteriormente propostos para a obra não satisfazem as necessidades atuais do Tribunal, pelo que se propôs a revisão do projeto apresentado e, por conseguinte, a alteração nas especificações técnicas balizadoras do certame.

8. Realizado o levantamento das referidas demandas, identificou-se a necessidade de redirecionar os investimentos administrativos otimizando os recursos financeiros e orçamentários afim de possibilitar a execução de todas as demandas identificadas, caracterizadas, em especial, pelas seguintes intervenções:

- Finalização da obra do Anexo 1 (Casa da Avenida Nazaré) - há a necessidade de Aditivo Contratual para ajustes nas instalações elétricas, eletrônicas e de ar condicionado por conta de acomodação de ambientes;
- Construção de torre para o elevador externo no Anexo 1 (Casa da Avenida Nazaré);
- Aquisição do elevador para o Anexo 1 (Casa da Avenida Nazaré);
- Execução de novas Instalações de Rede estruturada no Edifício-sede, e nos Anexos II e III;
- Reforma nas 4 fachadas do Anexo III (Gabinetes de Conselheiros), para resolver o problema da falta de estanqueidade das esquadrias, e organizar o posicionamento dos condensadores de ar condicionado;
- Substituição do revestimento das paredes internas do Auditório do Anexo IV, posto que é de material inadequado (risco de incêndio) e foi colocado de forma provisória;
- Ampliação do espaço interno do Edifício-sede por meio da criação de lajes e demolição de escada sem uso.
- Reforma da rampa externa da entrada principal do Edifício-sede para adequá-la às normas de acessibilidade;
- Reformas no hall principal do Edifício-sede para a instalação de equipamentos de segurança e controle de acesso;
- Construção de guarita para controle da via de acesso de veículos do complexo de prédios do TCEPA;
- Reforma do Anexo VI (Casa da Travessa Quintino Bocaiuva) para receber o Setor Médico;
- Reforma no atual Setor Médico no Anexo IV para receber setores admi-